



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO

: 20162900300020

RECURSO

: DE OFÍCIO Nº 022/2019

RECORRENTE

: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.

RECORRIDA

: 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN.

INTERESSADA

FX MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS

LTDA.

:

RELATOR

: JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE

CARVALHO

RELATÓRIO

: Nº 569/21/1ªCÂMARA/TATE/SEFIN

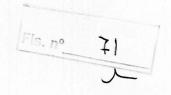
02 - VOTO DO RELATOR

A autuação ocorreu em razão do sujeito passivo promover a circulação das mercadorias constantes da DANFE n° 371 emitida em 11/01/2016 pelo próprio, em situação cadastral fiscal e cadastral irregular, pois não providenciou sua inscrição no CAD/ICMS/RO na forma de legislação tributária, situação esta verificada quando da passagem da mercadoria por este posto fiscal. Foram indicados para a infringência os artigos 117, inciso I e 120, inciso I, c/c artigo2°, inciso XVI todos do RICMS/RO aprovado pelo Dec. 8321/98 e para a penalidade o artigo 77 inciso VII, item 1 da Lei 688/96.

A autuada foi cientificada via Correios por meio de AR 234253066JS em 29/01/2016 conforme fl. 10. Foi apresentada peça defensiva em 18/02/2016 (fls. 12-55). Posteriormente a lide foi julgada improcedente em 1ª Instância, conforme decisão às fls. 58-62 dos autos. A decisão singular foi notificada ao sujeito passivo via Correios por meio de AR 553480982BI, em 15/10/2018, fl. 63. O autuante trouxe sua manifestação fiscal, fl. 66.

O Recurso de Ofício versa sobre o Parecer Normativo nº 003/2010/CRE-SEFIN e o disposto no Capítulo XLVII do RICMS/RO que resulta o entendimento de que o autuado não tinha obrigação de inscrever-se no CAD-ICMS/RO,





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

porquanto efetuou apenas o deslocamento de bem do seu ativo permanente para utilização em prestação de serviços que não envolvia qualquer fornecimento de mercadorias, conforme o contrato juntado pela defesa às fls. 20-39.

É o breve relatório.

02.1 - DA ANÁLISE DOS AUTOS E FUNDAMENTOS DO

VQTO

A exigência fiscal ocorre em razão da constatação de que o sujeito passivo circulou mercadorias sem inscrição estadual. O recurso de ofício foi cientificado via Correios em 15/10/2018.

A questão é deveras simples. A DANFE 371, fls. 05 tem como natureza da operação "remessa do bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento" e nas informações complementares traz haverá prestação de serviços para UHE Santo Antônio de Jaci-Paraná. Não há circulação de mercadorias com destaque do ICMS.

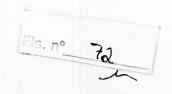
Cabe ainda esclarecer que o novo RICMS/ RO (Dec. 22721 de 05/04/2018) no rol do art. 110 não traz a necessidade de inscrição estadual de empresa de construção civil. Portanto, o fato imputado não é mais considerado infração pelo Estado de Rondônia.

Acertada a decisão singular que julgou improcedente a autuação.

O autuante, em sua manifestação fiscal, fl. 66, decidiu não manifestar.

Em face de todo o exposto, respeitando os entendimentos em contrário, conheço do Recurso de Ofício interposto negando-lhe o provimento.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Mantenho a Decisão proferida em Primeira Instância que julgou improcedente a autuação fiscal

É como voto.

Porto Velho-RO, 09 de Agosto de 2021.

Roberto V. A. A. Carvalho AFTE Cad 200049311 RELATOP TO LGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO

: N°. 20162900300020

RECURSO

: DE OFÍCIO Nº 022/2019

RECORRENTE

: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA

: 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN

INTERESSADA

: FX MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA : JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO A. DE CARVALHO

RELATÓRIO

RELATOR

: N° 569/19/1°CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 247/21/12 CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA

: MULTA - ADQUIRIR MERCADORIAS COM INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA – INOCORRÊNCIA - Restou provado "in casu" que a infração tipificada na inicial não ocorreu, assim sucede a negativa da materialidade do fato imputado. Mantida a decisão "a quo" que julgou improcedente o auto de infração uma vez que não houve circulação de mercadorias como fato gerador de ICMS, e sim transferência de ativo imobilizado para prestação de serviços com o regresso ao Estado de origem ao final dos trabalhos. Aplicação do art. 106, II, "a", do CTN, uma vez que o Decreto 22.721/18 não exige mais o cadastro de ICMS das empresas de construção civil. Mantida a decisão de instância singular de improcedência do auto de infração. Recurso de Ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os membros do EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE, à unanimidade em conhecer do recurso voluntário interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão de Primeira Instância que julgou IMPROCEDENTE o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator, constantes dos autos, que fazem parte integrante da presente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Antônio Rocha Guedes, Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Fabiano Emanoel Fernandes Caetano e Leonardo Martins Gorayeb.

TATE, Sala de Sessões, 09 de agosto de 2021.

Anderson Aparecido Arnaut

Presidente

Roberto Valladão Almeida de Carvalho

Julgador/Relator